

- Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Os itens desta prova deverão ser julgados exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação, desconsiderando-se quaisquer divergências entre estas e outras fontes.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVA OBJETIVA --

A respeito da economia industrial e da regulação, julgue os itens a seguir.

- 1 Na visão da escola de Chicago, a existência de poder de mercado é permanente, pois as margens mais elevadas vão afastar novas empresas para o mercado.
- 2 No contexto da economia industrial, o papel primário da política pública é evitar as consequências negativas do poder de mercado.
- 3 A política de defesa da concorrência (antitruste) tem como foco defender as empresas de mudanças no ambiente competitivo, visando aumentar o poder de mercado das firmas.
- 4 Uma aproximação alternativa do valor do custo marginal poderia ser feita dividindo o aumento do custo do ano  $t$  para o ano  $t + 1$  pelo aumento do produto no mesmo período.
- 5 As patentes garantem proteção legal e poder de mercado de forma permanente.

Acerca do papel regulador do estado e dos conceitos relacionados aos seus pressupostos, objetivos e instrumentos, julgue os itens subsequentes.

- 6 A re-regulação visa corrigir excessos ou falhas resultantes da desregulação, restabelecendo controles para proteger o interesse público e assegurar a estabilidade do mercado.
- 7 As externalidades ocorrem quando uma atividade econômica afeta terceiros, o que reflete diretamente nos preços de mercado.
- 8 A regulação refere-se às intervenções do Estado no mercado, com o objetivo de proteger os consumidores, garantir a concorrência justa e promover o bem-estar social.
- 9 Os bens comuns dotam de rivalidade, mas não de exclusividade.
- 10 A regulamentação consiste na remoção ou simplificação das regras e regulamentos que governam o funcionamento dos mercados.
- 11 A seleção adversa acontece antes de uma transação ser estabelecida, como na seleção de clientes para oferta de empréstimos pelos bancos, considerando-se o perfil de risco dos solicitantes.

No que diz respeito à regulação e aos conceitos relacionados a esse tema, julgue os itens subsequentes.

- 12 O ambiente *sandbox* regulatório é uma estrutura em que um órgão regulador permite que empresas operem sob um conjunto de regras distintas por determinado período.
- 13 A regulação responsiva é construída em torno do conceito de escalada da ação regulatória, em que o regulador realiza uma intervenção severa padrão, como multas ou sanções imediatas, caso o regulado não cumpra as normas estabelecidas.
- 14 No ambiente regulatório experimental, as empresas podem experimentar, sem supervisão regulatória, novos produtos ou serviços em condições reais de mercado.
- 15 A regulação por incentivos é uma abordagem regulatória que se diferencia das formas tradicionais de regulação, pois busca influenciar o comportamento dos regulados por meio da criação de incentivos econômicos ou outros estímulos que alinhem seus interesses com os objetivos regulatórios.

Acerca da governança, das boas práticas no processo regulatório e dos conceitos relacionados a esses temas, julgue os itens seguintes.

- 16 No âmbito regulatório, uma das funções cruciais da legislação é delinear os poderes específicos da agência reguladora.
- 17 No primeiro estágio do processo regulatório, uma legislatura estadual ou um órgão governamental local promulga uma legislação que estabelece poderes regulatórios sobre uma determinada indústria.
- 18 Uma agência reguladora é frequentemente encarregada da maior parte da implementação do processo regulatório.
- 19 Apenas legisladores, fornecedores da indústria e defensores dos consumidores podem desempenhar algum papel na desregulamentação da indústria.
- 20 No processo regulatório, a legislação tem o papel essencial de definir a autonomia de um setor industrial.

Julgue os próximos itens, relativos aos serviços regulares do transporte rodoviário interestadual de passageiros (TRIP).

- 21 Em algumas situações, sob condições específicas, a ANTT pode excepcionar algumas regras previstas em resolução e emitir um termo de autorização para garantir o atendimento a municípios não integrados à rede de atendimento dos serviços regulares.
- 22 Suponha que determinada viagem rodoviária interestadual tenha se iniciado às 11 h e que um passageiro tenha solicitado reembolso da passagem, que custou R\$ 150,00, duas horas antes do horário de início da viagem. Nesse caso, a autorizatória deverá realizar o reembolso em até 30 dias, podendo reter até R\$ 9,00 do valor da passagem, a título de multa compensatória.
- 23 A promoção da desconcentração econômica, a consolidação das normas relacionadas ao TRIP e a exigência constante de qualidade dos serviços de transporte são inovações que foram regulamentadas por resolução específica com vistas a aprimorar as ações regulatórias e a qualidade do serviço.
- 24 Constituem infração contra a ordem econômica as condutas manifestadas que tenham por objeto, desde que seja alcançado, aumentar arbitrariamente os lucros ou exercer, de forma abusiva, posição dominante.
- 25 Uma empresa que queira obter autorização para prestar serviços regulares de transporte interestadual de passageiros, seja ela nacional ou internacional, deve cumprir três etapas, sendo a primeira destas a habilitação perante a ANTT.

Julgue os itens subsequentes, acerca dos serviços do transporte rodoviário interestadual de passageiros sob regime de fretamento.

- 26 A regra acerca da capacidade dos veículos cadastrados na ANTT deve ser observada, sendo inflexível para a emissão das licenças de viagem em todos os tipos de fretamento.
- 27 Na impossibilidade de comprovação do capital social integralizado igual ou superior a 120 mil reais, transportadoras interessadas em obter o termo de autorização para fretamento podem apresentar seguro-garantia.
- 28 A relação de passageiros da licença de viagem para a prestação do serviço de fretamento contínuo pode ser alterada durante sua vigência em até 10% do número total de passageiros, limitado ao teto de 40 alterações.

No que se refere ao plano de outorgas, relativo aos serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros, julgue os itens subsequentes.

- 29 Conforme previsto na instrução normativa da corte de contas, a ANTT deve enviar ao TCU o plano de outorga e todos os seus elementos em até 75 dias da data de publicação do edital licitatório.
- 30 O plano de outorgas deve conter, entre outros documentos, os estudos de demanda, os estudos de viabilidade econômico-financeira e a repartição de riscos.

Julgue os itens subsecutivos, acerca dos serviços de transporte rodoviário internacional de passageiros.

- 31 A viagem ocasional multimodal é um serviço rodoviário realizado em conjunto com outros modais de transporte, de forma excepcional e independente de concordância específica do país de destino.
- 32 Qualquer país signatário do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT) pode denunciar esse acordo após um ano de ingresso, mediante notificação com antecedência de trinta dias.
- 33 Em relação ao transporte regular e fretado entre o Brasil e a Guiana Francesa, os veículos utilizados na prestação de serviços devem ter capacidade original para mais de 20 passageiros ou, se adaptados, devem ter capacidade para mais de 10 lugares.
- 34 A seleção das empresas que irão explorar os serviços regulares de transporte rodoviário internacional de passageiros se dá mediante convocação e divulgação do mercado internacional disponível no portal da ANTT.

Julgue os próximos itens, no que diz respeito às competências e à estrutura organizacional da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros (SUPAS).

- 35 A gerência de monitoramento de serviços e projetos especiais do transporte de passageiros da SUPAS é responsável por coordenar o processo de solicitação e emissão da credencial do benefício do passe livre interestadual para pessoas com deficiência.
- 36 Compete à SUPAS propor regulamentação para os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e monitorar os preços praticados pelas empresas prestadoras do serviço de transporte rodoviário regular interestadual e internacional de passageiros em regime de autorização.

**Espaço livre**

Acerca dos serviços de transporte rodoviário e multimodal de cargas, julgue os itens a seguir.

- 37 O vale-pedágio obrigatório (VPO) deve ser fornecido ao motorista autônomo antes do início da viagem, sendo o seu valor abatido do frete até o limite instituído pela Política Nacional de Pisos Mínimos no Transporte Rodoviário de Cargas (PNPM-TRC).
- 38 O transporte intermodal e o transporte multimodal são considerados equivalentes, haja vista o uso de diferentes modais, e se diferem apenas porque a multimodalidade engloba vários contratos de transporte, enquanto a intermodalidade utiliza um único contrato de transporte.
- 39 O operador de transporte multimodal assume perante seu contratante a responsabilidade pela execução dos próprios serviços de transporte multimodal de cargas, nunca de terceiros, do local em que as receber até a sua entrega no destino.
- 40 Compete à ANTT a adoção das medidas indispensáveis à implantação do vale-pedágio obrigatório (VPO), a regulamentação, a coordenação, a delegação, a fiscalização, o processamento e a aplicação de penalidades por infrações.
- 41 Qualquer pessoa ou empresa que realize transporte rodoviário de cargas mediante remuneração deve estar inscrita no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC).
- 42 Em função da implementação do documento eletrônico de transporte (DT-e), o código identificador da operação de transporte (CIOT) ficou defasado e não é mais utilizado.
- 43 Compete à ANTT regulamentar todo o processo de inscrição e cassação do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC).
- 44 O código identificador da operação de transporte (CIOT) se constitui em instrumento de fiscalização do cumprimento da regulamentação do Transporte Rodoviário Remunerado de Cargas (TRRC).

Acerca das normas aplicáveis à fiscalização de serviços de transportes terrestres e da área de atuação da ANTT, julgue os itens a seguir.

- 45 O transporte urbano municipal de passageiros integra a esfera de atuação da ANTT.
- 46 O exercício do poder de polícia admite a adoção de medidas que restrinjam direitos individuais, extrapolando os limites previstos na lei, desde que fundamentadas na busca da eficiência administrativa.
- 47 A fiscalização deve observar, além da legislação nacional, os acordos internacionais, as normas que tratam do transporte de produtos perigosos da ONU e as normas do MERCOSUL.
- 48 O sistema de fiscalização de 3 níveis (F3N) foi uma solução metodológica construída para transitar o sistema de fiscalização adotado, até então, pela SUFIS de comando e controle para um sistema responsivo que, inicialmente, garantisse a eficácia dos procedimentos de fiscalização.
- 49 A ANTT empreendeu o projeto de atuação responsiva para diagnosticar as mudanças necessárias à verdadeira implantação do modelo responsivo.

Julgue os itens a seguir, relativos ao regimento interno e à fiscalização da ANTT.

- 50 Os acordos de cooperação técnica eliminam a necessidade de incluir no planejamento mensal e no plano anual de fiscalização as atividades vinculadas às ações desenvolvidas em parceria com outros órgãos.
- 51 O regimento interno da ANTT dispõe sobre a organização e a fixação das competências das suas unidades e subunidades, mas principalmente das superintendências, e atribui à SUFIS a definição, a padronização e a execução das ações fiscalizatórias.
- 52 As decisões judiciais, sejam elas favoráveis ou não à ação fiscal e à administração pública, não influenciam a execução das ações fiscalizatórias realizadas pela SUFIS.

No que diz respeito aos aspectos de fiscalização e equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão para o transporte ferroviário, julgue os itens a seguir.

- 53 A atribuição regimental, dentro da ANTT, de garantir e preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de transporte ferroviário, bem como de realizar a fiscalização do cumprimento às cláusulas econômico-financeira, recai sobre a Gerência de Fiscalização Econômico-Financeira (GEFEF).
- 54 A revisão tarifária ordinária, prevista nos contratos mais modernos de concessão de transporte ferroviário, ocorre a cada dois anos e apenas em caso de pleito da concessionária.
- 55 Os índices de reajustamento das tarifas ferroviárias são aplicados sobre a correção das obrigações contratuais, mas não sobre as tarifas que compõem a receita auferida pelas concessionárias.

A respeito dos serviços de transporte e das concessões ferroviárias, julgue os itens a seguir.

- 56 As metas de desempenho se referem aos níveis máximos de acidentes por milhão de trens quilômetro (acidentes/milhão de trem.km) a serem observados pelas concessionárias.
- 57 Os investimentos de interesse dos usuários lindeiros, como obras para passagem de energia, são obrigatórios nos contratos de concessão ferroviária.
- 58 Para que um serviço de transporte ferroviário seja considerado como plenamente adequado aos usuários, basta que satisfaça as condições de regularidade e segurança.
- 59 A ANTT é atualmente responsável pela gestão e fiscalização de 14 contratos de concessão e 3 contratos de subconcessão.

Acerca dos conceitos relativos às autorizações ferroviárias, julgue o próximo item.

- 60** Entre diversas inovações trazidas ao mundo jurídico, foi criada, por meio de medida provisória específica, a possibilidade de exploração do serviço de transporte ferroviário mediante outorga de autorização.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao acompanhamento e à regulação dos serviços de transporte ferroviário.

- 61** O registro de usuário dependente poderá ser concedido ao usuário que considere a prestação de serviço de transporte ferroviário de cargas indispensável à viabilidade de seu negócio.
- 62** O compartilhamento da infraestrutura ferroviária e dos recursos operacionais com terceiros interessados em ingressar na malha ferroviária concedida é facultativo para as concessionárias ferroviárias.
- 63** A declaração de rede tem por objetivo disponibilizar ao público, anualmente, informações sobre as condições técnico-operacionais da infraestrutura ferroviária concedida.
- 64** As concessionárias devem apresentar suas declarações de rede até o dia primeiro de junho de cada ano, contendo a previsão de como ocorrerá a operação em sua malha no ano seguinte.

Acerca dos conceitos e das informações pertinentes à fiscalização da infraestrutura e dos serviços de transportes ferroviários, julgue os próximos itens.

- 65** O abandono de trechos ferroviários é regulado exclusivamente pela ANTT, por meio de resolução específica, e o cálculo dos valores de indenização é uma questão central nesse processo.
- 66** Nos procedimentos de fiscalização ferroviária, os aportes financeiros, a implementação física, o cumprimento de normas técnicas e a fiscalização técnica, supervisão e controle físico-financeiro são de exclusiva responsabilidade da ANTT.
- 67** A questão da segurança operacional envolvendo o transporte ferroviário de produtos perigosos deve ser tratada sob as dimensões do material rodante empregado nesse transporte e da infraestrutura ferroviária nos trechos que trafegam os produtos perigosos.
- 68** Os acidentes ferroviários que envolvem degradação da qualidade ambiental ou poluição são considerados acidentes graves pela ANTT.

A respeito da gestão econômico-financeira dos contratos de concessão rodoviária geridos pela ANTT, julgue os itens a seguir.

- 69** Despesas relacionadas à fiscalização da concessão são pagas por meio de verbas indenizatórias e recolhidas mensalmente pela coordenação de fiscalização econômico-financeira (CODEF).
- 70** A inexecução de obras é um risco contratual, previsto em resolução específica, que pode ser coberto a partir da contratação de garantias.
- 71** O regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI) é um benefício fiscal pleiteado pelas concessionárias à ANTT, no qual a coordenação de fiscalização econômico-financeira (CODEF) define o valor do desconto a ser praticado no pagamento do PIS/PASEP e COFINS.
- 72** A revisão ordinária e o reajuste são processados anualmente, de ofício, enquanto a revisão extraordinária pode ser processada a qualquer tempo, de ofício ou por provocação da concessionária.

No que diz respeito à estrutura organizacional da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD), julgue os itens subsecutivos.

- 73** A coordenação de investimentos previstos no programa de exploração da concessão (COPER) e a coordenação de gestão de informações e passivos regulatórios de investimentos (COGIP) estão vinculadas à gerência de gestão de investimentos rodoviários (GEGIR).
- 74** A gerência de regulação rodoviária (GERER) é responsável por fiscalizar e autorizar o uso das faixas de domínio na infraestrutura rodoviária concedida.

Acerca das principais fases e escopo de obrigações contratuais para concessão rodoviária, julgue os próximos itens.

- 75** As soluções técnicas para a manutenção deverão garantir vida de serviço de até cinco anos, desde que seja garantido atrito adequado dos pneus do veículo, sem desgastes excessivos.
- 76** A recomposição dos acostamentos e a definição dos tipos de revestimento a aplicar na pista de rolamento fazem parte do escopo recuperação.

A respeito do regulamento das concessões rodoviárias (RCR), julgue os itens subsequentes.

- 77** O RCR é composto por cinco grandes etapas, sendo a quinta etapa a que trata das normas relacionadas a bens, obras e serviços rodoviários.
- 78** A ANTT, ao optar por elaborar novo marco regulatório que agregasse as regras gerais e linearizasse as obrigações dos prestadores de serviço, partiu de princípios como o da eficiência e o da segurança jurídica.
- 79** A profusão de normas elaboradas acerca das concessões rodoviárias, antes da elaboração da terceira norma do RCR, gerou dificuldades para a tomada de decisões relativas ao assunto.
- 80** A adesão dos contratos vigentes de concessões rodoviárias ao RCR se dá por meio de portaria emitida pela ANTT.

Em relação aos estudos, projetos e orçamentos de engenharia nos contratos de concessão rodoviária, julgue os itens seguintes.

- 81** Considerando-se que problemas podem ser identificados ao longo da vigência dos contratos de concessão, está prevista em resolução específica a possibilidade de inclusão de projetos, obras e serviços não previstos no contrato.
- 82** As concessionárias devem apresentar peças orçamentárias e poderão modificar livremente as composições de custos unitários dos sistemas oficiais, tendo em vista a adequação do projeto à obra.
- 83** A ANTT assume, de forma exclusiva, a responsabilidade técnica e civil pelos estudos e projetos analisados e aceitos no contrato de concessão.
- 84** Os projetos de engenharia submetidos à ANTT devem atender aos critérios de eficiência e sustentabilidade e incluir estudos preliminares, projetos funcionais, anteprojetos e projetos executivos.

A respeito dos atores do ecossistema de transportes no Brasil e da estruturação de concessão, julgue os itens a seguir.

- 85** A abertura de audiência pública, voltada à participação e ao controle social, no âmbito da estruturação de um projeto de concessão, deve ser realizada pela INFRA S.A. com supervisão do Ministério dos Transportes.
- 86** Haja vista a restrição fiscal que afeta a maior parte dos países, há uma tendência mundial à privatização não só do financiamento como também da operação de projetos de infraestrutura.
- 87** A ANTT procede à publicação de edital de concessão somente após a aprovação dos estudos de viabilidade por parte do TCU.
- 88** Compete à ANTT estabelecer padrões, normas e especificações técnicas para elaboração de projetos e execução de obras viárias.

No que diz respeito à modelagem econômico-financeira e à modelagem regulatória de um projeto de concessão, julgue os itens subseqüentes.

- 89** No âmbito de um contrato de concessão de infraestrutura rodoviária, cabe ao Ministério dos Transportes definir se determinado evento é reequilibrável ou não, à luz da alocação de riscos do contrato.
- 90** A proibição de distribuição de dividendos em caso de baixa *performance* contratual é uma forma de alavanca financeira relacionada ao cumprimento do contrato.
- 91** Denomina-se *equity* o patrimônio líquido de uma empresa ou participação societária em um empreendimento.
- 92** O CAPEX (*capital expenditure*) corresponde às despesas com a aquisição de bens, excluídas aquelas relacionadas às obras de ampliação de capacidade, recuperação e manutenção do ativo concedido que, por sua vez, integram a OPEX (*operational expenditure*).

No que diz respeito às atribuições e competências da ANTT, julgue os itens a seguir.

- 93** Entre as esferas de atuação da ANTT, incluem-se o transporte multimodal e o transporte de cargas especiais e perigosas em rodovias e ferrovias.
- 94** No âmbito da sustentabilidade, a ANTT instituiu o índice de desempenho da sustentabilidade (IDS), instrumento voltado à avaliação e ao estímulo do compromisso das concessionárias com a preservação do meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável.
- 95** A regulação da Política Nacional de Pisos Mínimos (PNPM) é atribuição do Ministério dos Transportes.

Acerca de governança e planejamento estratégicos, bem como de governança regulatória e participação social, julgue os itens a seguir.

- 96** A agenda regulatória é um instrumento marcado pela participação social e que visa garantir a transparência e a previsibilidade das ações regulatórias.
- 97** O instituto do *sandbox* regulatório foi estabelecido no contexto do marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador, sendo caracterizado como um instrumento à disposição dos órgãos públicos para fomentar a inovação em benefício do fortalecimento da regulação e da fiscalização responsiva.
- 98** No âmbito do ciclo regulatório, a fase de planejamento regulatório vale-se da análise de impacto regulatório, cujo objetivo é a avaliação dos possíveis impactos de uma nova regulamentação ou de uma alteração normativa com vistas à tomada de decisão.
- 99** No atual plano estratégico da ANTT, uma das premissas é alinhar a estratégia da instituição com as políticas governamentais, como o plano plurianual (PPA) e a estratégia federal de desenvolvimento (EFD).
- 100** A cadeia de valor da ANTT tem como atividades primárias a gestão de recursos humanos, a administração financeira e a tecnologia da informação.

**Espaço livre**